

Título: Congresso Brasileiro de alfabetização  
apontando soluções

Autor: (GTPA / DF)

Ano: 15 / 09 / 1990

**CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO**  
**APONTANDO SOLUÇÕES**  
**SÃO PAULO, 14 A 16 DE SETEMBRO DE 1990**  
**FACULDADE DE DIREITO DA USP**

**DOCUMENTO BASE**

**1990 - ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO**  
**GETA - GRUPO DE ESTUDOS E TRABALHOS EM**  
**ALFABETIZAÇÃO**

## I. INTRODUÇÃO

A Unesco declarou **1990 Ano Internacional da Alfabetização** como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o **Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)**, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dezoito meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o **Congresso Brasileiro de Alfabetização** nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento-base inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, e servirá de base às discussões em grupo que serão realizadas na tarde do dia 15/9. Com base nestas discussões será redigida a declaração final dos participantes do CBA, a ser aprovada na plenária do domingo.

## II. DIMENSIONANDO O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas.

**Quadro 1 - Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessoas de 15 anos e mais a partir de 1920**

| Ano (fonte)  | Total      | Analfabetas | Analfabetas (%) |
|--------------|------------|-------------|-----------------|
| 1920 (censo) | 17.557.282 | 11.401.715  | 64,9            |
| 1940 (censo) | 23.709.769 | 13.269.381  | 56,0            |
| 1950 (censo) | 30.249.423 | 15.272.632  | 50,5            |
| 1960 (censo) | 40.278.602 | 15.964.852  | 39,6            |
| 1970 (censo) | 54.008.604 | 18.146.977  | 33,6            |
| 1980 (censo) | 73.541.943 | 18.716.847  | 25,5            |
| 1982 (PNAD)  | 76.534.782 | 17.685.987  | 23,1            |
| 1984 (PNAD)  | 81.140.959 | 17.273.309  | 21,3            |
| 1986 (PNAD)  | 86.554.036 | 17.320.725  | 20,0            |
| 1987 (PNAD)  | 88.816.170 | 17.456.384  | 19,7            |

Fonte: IBGE

**Quadro 2 - Brasil - Analfabetos por Região - População de 5 ou mais anos - 1988**

| Região       | População   | Analfabetos | %    |
|--------------|-------------|-------------|------|
| Norte        | 4.051.297   | 801.297     | 19,7 |
| Nordeste     | 35.776.034  | 15.474.144  | 43,2 |
| Centro-oeste | 8.683.069   | 1.953.083   | 22,4 |
| Sudeste      | 56.855.869  | 9.296.260   | 16,3 |
| Sul          | 19.648.325  | 3.177.849   | 16,1 |
| Brasil       | 141.382.535 | 30.702.633  | 24,5 |

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -IBGE, 88

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evolui de maneira similar aos demais países latinoamericanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de escolas, menores investimentos em material didático, etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que tem acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é

considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos governos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

autoria?  
reitor

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latinoamericana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de US\$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não supera dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio salário. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem, muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

### III. A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA

Escolas e número insuficiente, falta de vagas nas escolas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US\$ 19,2 bilhões) em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2o. grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1o. grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O atual governo federal vem postergando o lançamento do Plano Nacional de Alfabetização (cujo conteúdo é desconhecido até o momento da impressão deste texto). O Ministro adiantou à imprensa que as verbas destinadas à alfabetização e 1o. grau serão de Cr\$ 10 bilhões em 1990 e Cr\$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos serão insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especialmente se os compararmos aos Cr\$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr\$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à

alfabetização, pode-se consultar os organismos internacionais: o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu U\$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70 (Gillette, 1987, p. 205-213). A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr\$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A medida provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, esta Medida Provisória desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1o. grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo; outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas. //

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

### III. APONTANDO SOLUÇÕES

#### (PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO CBA)

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990. Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes declarações:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter sucesso parcial, pois não estão superadas as causas sociais que produzem e mantêm o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

#### A. PRIORIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Essas <sup>políticas</sup> ~~políticas~~ vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global de

*é especial a ad. fundamental e a erradicação do analfabetismo*

desenvolvimento que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e especialmente a educação básica, vinculando essa política a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

## B. COMBATER O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO ANALFABETO E <sup>RECONSTRUIR</sup> AMPLIAR O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

*discriminação do magistério de jovens e adultos*

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como <sup>produzido</sup> uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, <sup>produzido</sup> como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento <sup>do</sup> da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, os programas de alfabetização devem considerá-lo cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, <sup>reconhece</sup> foi privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e escrita e de conhecimentos que <sup>cria riqueza</sup> ampliam suas possibilidades de participação social.

Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor e escritor, bem como o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

Neste sentido, <sup>reconhece</sup> deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples". As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade e evitar o perigo da regressão ao analfabetismo. <sup>ONU IBGE</sup>

## C. GARANTIR O DIREITO DE TODOS À ALFABETIZAÇÃO

A Constituição de 1988 <sup>em sua finalidade</sup> assegurou a todos os cidadãos o direito à educação básica pública e gratuita, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino infantil básico para todas as crianças, <sup>apoiar</sup> ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação de jovens e adultos, <sup>com o</sup> bem como o ensino noturno para o aluno trabalhador.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização <sup>teria,</sup> portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação pré-escolar, infantil, de jovens e adultos. <sup>emergas</sup>

(\*) Consulta Regional da América Latina e Caribe preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, nov/dez. 1989).

#### **D. AMPLIAR SUBSTANCIALMENTE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação <sup>reforço do magistério</sup> e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios e que diz que 50% desses recursos deveriam obrigatoriamente ser destinados ao ensino básico, não tem sido respeitada. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo. Faz-se, então, urgente a correção das distorções existentes na aplicação das verbas destinadas à educação. <sup>Município</sup>

Ainda que corretamente aplicados, os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, apoiamos a posição assumida pelos países latinoamericanos em Quito(\*) de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamento em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

*alçado = art. 208*

## E. VALORIZAR O MAGISTÉRIO, PROMOVER A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E A PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente **e elevar os padrões de remuneração do magistério** e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um **piso salarial nacional** que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social <sup>política</sup> de sua função.

É necessário assegurar aos professores uma perspectiva de **carreira** que incentive sua permanência no magistério, bem como uma **jornada de trabalho** que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma **política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores**.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2o. grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos e, mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2o. grau, elevando a oferta de profissionais habilitados e propiciando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, divulgação de inovações, formação de novos professores, oferta de programas de aperfeiçoamento de professores em serviço.

São Paulo, setembro de 1990.

F. GARANTIR O CONTROLE DA SOCIEDADE ORGANIZADA SOBRE OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

→ Professores de 1ª a 8ª série - sujeitos do processo de assessoria técnica

- 80% dos ouvintes de 1º grau repetem 2-3 anos

#### **Fontes de Consulta:**

- ANDE. **Prioridades para a educação nacional.** São Paulo, mimeo, 1990.
- CEDI. **Analfabetismo no Brasil; Ano Internacional da Alfabetização; Dossiê de Imprensa 89/90.** São Paulo. CEDI, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO. **Alfabetizar e Libertar.** Brasília, nov. 1989. IN: **Boletim Articulação (21).** São Luís, ASP/RAAB, 1990.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** UNESCO, 1990.
- FUNDAÇÃO EDUCAR. **Erradicação do Analfabetismo: 1989-1999; Indicações Preliminares.** Brasília, mar. 1989.
- FLETCHER, P.R. & RIBEIRO, S.C. **O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje.** Em **Aberto**, 6 (33), p.1-10. Brasília, INEP, jan/mar 1987.
- GETA. **Resoluções do 2o. Encontro Estadual de Alfabetização. Boletim do GETA (3).** São Paulo, GETA, abr. 1990.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1989. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1988.**
- STROMQUIST, N.P. & KOUANGA, N. **Feasibility study for the creation of a world literacy center: a global response to a global problem.** mimeo, 1990.
- TEDESCO, J.C. et al. **La enseñanza básica y el analfabetismo en America Latina y el Caribe.** IN: **Proyecto Principal de Educacion en America Latina y el Caribe. Boletim (20).** Santiago, Chile, UNESCO/OREALC, dez. 1989.
- THE WORLD BANK. **World Development Report 1990; World development indicators.** Washington, USA, Oxford University Press, jun. 1990.
- UNICEF. **Situação Mundial da Infância 1990.** Brasília, UNICEF, 1990.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - 14 a 15/09/90  
PAINEL-RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ADULTOS - DIA 16 - 09 às 12 hs.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DF (GTPA/DF)

APRESENTAÇÃO DO GTPA/DF-GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF

RESUMO: Trata-se do relato da experiência de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, no período 1985/90, cuja estratégia político-pedagógica adotada tem envolvido órgãos públicos, organizações populares, grêmios estudantis, organizações religiosas, sindicatos, empresas, organizações não governamentais (inclusive estrangeiras), universidade. Tal estratégia contribui para a constituição em 20/outubro/89 do GTPA/DF - Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do DF, que no AIA/90, representa no DF o esforço organizado da sociedade civil, enquanto pressão junto ao geverno do DF. Tendo como referencial a aprendizagem pela descoberta e reinventando o chamado "método" Paulo Freire, alguns aspectos destacam-se como contribuição à reflexão pedagógica: a) a observação ao vivo e por vídeo-teipe como prática sistemática na formação do alfabetizador, inserida no processo de avaliação contínua; b) a formação de consciência crítica como processo mútuo alfabetizando-alfabetizador; c) o conceito de alfabetização como processo na passagem da fase I para II do ensino supletivo no DF.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - 14 a 15/09/90  
PAINEL-RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ADULTOS - DIA 16 - 09 às 12 hs.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO DF (GTPA/DF)

APRESENTAÇÃO DO GTPA/DF-GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DF

RESUMO: Trata-se do relato da experiência de alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, no período 1985/90, cuja estratégia político-pedagógica adotada tem envolvido órgãos públicos, organizações populares, grêmios estudantis, organizações religiosas, sindicatos, empresas, organizações não governamentais (inclusive estrangeiras), universidade. Tal estratégia contribui para a constituição em 20/outubro/89 do GTPA/DF - Grupo de Trabalho Pró-alfabetização do DF, que no AIA/90, representa no DF o esforço organizado da sociedade civil, enquanto pressão junto ao geverno do DF. Tendo como referencial a aprendizagem pela descoberta e reinventando o chamado "método" Paulo Freire, alguns aspectos destacam-se como contribuição à reflexão pedagógica: a) a observação ao vivo e por vídeo-teipe como prática sistemática na formação do alfabetizador, inserida no processo de avaliação contínua; b) a formação de consciência crítica como processo mútuo alfabetizando-alfabetizador; c) o conceito de alfabetização como processo na passagem da fase I para II do ensino supletivo no DF.